

Organização e representação da informação na Catalogação na Fonte

Organization and representation of information in the source catalog

Eddie Carlos Saraiva da Silva   

Maika Rodrigues Amorim   

Resumo

A pesquisa tem como objetivo analisar a organização e representação da informação no serviço e produto da ficha catalográfica ofertado por IES públicas, limitando a pesquisa as bibliotecas centrais da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal Rural da Amazônia. A pesquisa é descritiva quanto ao objetivo, com abordagem quali-quantitativa e de natureza básica. Os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica para construção do referencial teórico com base em Mey (1995), Borges *et al* (2019), Alves (2009) e Lima e Alvares (2012). Foi realizado também a pesquisa documental, como o código de Código de Catalogação de Anglo-Americano, a Resolução n. 184/2017 do Conselho Federal de Biblioteconomia e as fichas catalográficas emitidas pelas instituições participantes. Além disso, a aplicação de entrevista por meio de formulário eletrônico fez-se necessário para construção do perfil dos bibliotecários e instituições participantes. Nos serviços de ficha catalográfica disponibilizadas pelas instituições estudadas, observa-se uma variação na aplicação das diretrizes para a elaboração, apesar da fonte de orientação para a representação descritiva do material ser o mesmo para as duas, a AACR2. Além disso, o serviço possui como produto um fruto do trabalho informacional do bibliotecário e ambas ainda não adotam a Resolução nº 184/2017 do conselho, que torna obrigatória a descrição do nome e registro do profissional da informação responsável pela ficha em documentos de qualquer natureza.

Palavras-chave: organização da informação; representação descritiva da informação; produto e serviço informacional; ficha catalográfica.

Abstract

The research aims to analyze the organization and representation of information in the service and product of the catalog card offered by public HEIs, limiting the research to the central libraries of the Federal University of Pará and the Federal Rural University of the Amazon. The research is descriptive as to the objective, with a qualitative-quantitative approach and of a basic nature. The procedures used were the bibliographic research to build the theoretical framework based on Mey (1995), Borges *et al.* (2019), Alves (2009) and Lima and Alvares (2012). Documentary research was also carried out, such as the Anglo-American Cataloging Code, Resolution n. 184/2017 of the Federal Council of Librarianship and the catalog sheets issued by the participating institutions. In addition, the application of an interview through an electronic form was necessary to build the profile of the participating



folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, v. 8, n. 2, p. 115-143, maio/ago. 2022. ISSN 2447-0120. DOI 10.56837/fr.2022.v8.n2.860.

librarians and institutions. In the cataloging services provided by the institutions studied, there is a variation in the application of guidelines for the preparation, despite the source of guidance for the descriptive representation of the material being the same for both, the AACR2. In addition, the service has as a product a result of the informational work of the librarian and both have not yet adopted the Resolution n. 184/2017 of the board, which makes it mandatory to describe the name and registration of the information professional responsible for the file in documents of any nature.

Keywords: information organization; descriptive representation of information; informational product and service; catalog sheet.

1 Introdução

Vivemos em um mundo onde os fluxos de dados e informação se tornam cada vez maiores, e nos fazem refletir nos antigos e pensar em novos métodos e sistemas de organização para que essa informação seja armazenada e acessível. Como Lima e Alvares (2012, p. 35) corroboram

A necessidade de organizar informação e conhecimento acompanha a evolução da humanidade na mesma medida em que os meios de representação também foram evoluindo. A evolução gradual ocorre desde a Pré-História, com representações através de pinturas, e aumentou gradativamente até o advento da escrita, que revolucionou o registro dessas representações.

Hoje contamos com diferentes métodos e ferramentas para realizar a representação da informação e facilitar a recuperação por diferentes vertentes, seja por ano, autoria ou assunto. Com isso, a pesquisa tem como objetivo discutir a Organização e Representação da Informação na catalogação na fonte, comparando a atividade entre Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. A ficha catalográfica é um produto da atividade do bibliotecário e é parte obrigatória em certos materiais bibliográficos, como os trabalhos acadêmicos, entretanto, há casos de negligência com o produto devido a diversidade de formatos que a informação na ficha catalográfica pode ser apresentada.

A pesquisa tem como objetivo analisar a organização e representação da informação no serviço e produto da ficha catalográfica ofertado por IES públicas, limitando a pesquisa as bibliotecas centrais da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal Rural da Amazônia. A motivação da escolha do tema se deu por meio da percepção da organização da informação feita em fichas catalográficas de livros e pela percepção de que alguns usuários têm da ficha,

uma espécie de guia direto para elaboração de referências e que para tal faz-se necessário que a informação esteja se não padronizada, mas organizada. Com isso, a temática foi direcionada dos livros e das editoras, para os trabalhos acadêmicos e as bibliotecas universitárias, visando um fácil acesso a dados e informações que pudessem contribuir com o desenvolvimento do estudo.

A pesquisa está estruturada em outras cinco seções além da introdução, sendo abordado na seção dois a contextualização dos códigos de catalogação para a organização e representação da informação, baseado nos estudos de Strout (1956); Souza (1997); Machado e Zafalon (2020). Na terceira seção, são levantados conceitos acerca da catalogação na fonte (ficha catalográfica), dando ênfase ao Anglo-American Cataloging Rules (AACR) e, dando sequência aos atos jurídicos e técnicos que abordam a elaboração e aplicação da ficha catalográfica. Em seguida, na seção quatro, são apresentados os dados obtidos da pesquisa: perfil dos participantes, análise do formulário aplicado e análise documental. Por fim, temos as considerações finais.

2 Organização e representação da informação

O termo Organização da Informação utilizado atualmente surgiu durante a década de 70, entretanto, sua fundamentação histórica surgiu no século 20, nas primeiras décadas (PANDO; ALMEIDA, 2015). Medeiros (2010, p. 40) corrobora que a Organização da Informação “[...] tem suas origens principalmente na Documentação e na Biblioteconomia”, além de ser abordada na Ciência da Informação. Assim, essa disciplina é formulada por duas vertentes: a descritiva, que envolve os elementos relativos quanto a forma do material bibliográfico e, a temática, que trabalha o conteúdo do documento (PANDO; ALMEIDA, 2015).

A Organização da Informação (OI) não pode ser vista somente como parte das atividades técnicas do profissional da informação, deve ser considerada a relação da disciplina com a necessidade do usuário, já que “[...] nem sempre se considera o papel social da OI na circulação do conhecimento considerando as necessidades dos usuários da informação” (ANDRADE, 2010, p. 127). A função da OI é trabalhar e estabelecer métodos e sistemas que organizem a informação para sua recuperação e que possam produzir e disseminar conhecimento. Como Smit (2009, p. 62) nos aponta

[...] a organização da informação não constitui somente uma imperiosa necessidade para que o acesso a mesma possa ser ativado, mas é condição sine qua non para o sistema de informação “faça sentido”, ou

seja, que o mesmo cumpra seu papel social. Informação acumulada, sem organização, não é nada mais do que um conjunto de informações que “nada dizem”. Em função da discussão acima venho considerando que a organização da informação constitui o “núcleo duro” da área, aquilo que a diferencia em relação às outras áreas que trabalham com a informação, concorrendo substancialmente para a constituição da identidade da Ciência da informação.

A organização e a representação da informação têm sua relevância na Ciência da Informação, pois englobam operações consecutivas para a localização de documentos que contenham uma informação necessária, assim como para a recuperação deles. Nesse contexto, apontando algumas definições sobre Organização e Representação da Informação, temos a descrição de Brascher e Café (2008, p. 5, grifo do autor), que apontam como

[...] um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais. O produto desse processo é a **representação da informação**, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. Alguns tipos de representação da informação são construídos por meio de linguagens elaboradas especificamente para os objetos da OI. Essas linguagens, segundo Svenouis (2000) subdividem-se em linguagem que descrevem a informação e linguagem que descrevem o documento (suporte físico).

Já Ortega (2013, p. 34) define Organização da Informação, como a “que é realizada com fins de promoção do acesso [ao conhecimento] visando seu uso e nova produção, ou seja, a atividade de elaborar representações que possam ser significadas e manipuladas a favor de um certo público”. Com isso, está intrinsecamente relacionada a organização da informação a etapa de representação da informação que pode ser tanto descritiva quanto temática. Para Alves (2009, p. 21) a Representação da informação (RI) tem como propósito

[...] satisfazer uma necessidade de informação do usuário, a qual é expressa em uma consulta que procura encontrar respostas consideráveis. Entretanto, esta consulta pode não expressar, da melhor forma, a necessidade de informação, e pode conter palavras com erros ortográficos ou estar sendo usada de forma inadequada.

A informação é um bem essencial para as organizações e para a geração de conhecimento, e para tal a organização precisa ser padronizado e seguir

diretrizes para ser realizada a representação devida do documento e de seu conteúdo, facilitando o acesso e a recuperação do material.

2.1 Catalogação, catálogo e código: abordagem histórica

A catalogação é mais uma das atividades do profissional da informação e “é múltipla e vastamente abrangente, no que diz respeito à quantidade de diferentes tipos documentais e informacionais, e nas expectativas informacionais que pretende abranger para construir e desempenhar seus modelos de prática” (SANTOS, 2013, p. 4), resultando em uma ampla capacidade de busca para pesquisador, permitindo ir além da pesquisa somente por título ou autor. Outra definição de catalogação é a apresentada por Mey (1995, p. 5), que a aponta como “o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos [...]”. A catalogação como já mencionado se subdivide em descritiva e temática (assunto), sendo

- a) **Catalogação descritiva** ou **Representação descritiva**, que compreende a descrição do recurso informacional e a atribuição dos pontos de acesso relacionados aos títulos e aos responsáveis pelo recurso, por exemplo, os títulos principal, da obra, da série e dos capítulos, os autores, os tradutores e os organizadores; b) **Catalogação de assunto** ou **Indexação**, que compreende a análise do recurso informacional, a identificação dos conceitos nele abordados que possam ser de interesse dos usuários e a atribuição dos pontos de acesso de assunto representando esses conceitos (ASSUMPÇÃO, 2020, p. 1, grifo nosso).

O catálogo é um compêndio de livros que correspondem a uma coleção, seja ela pública ou privada. A palavra catálogo vem do grego e na tradução livre significa “de acordo com a razão”. Para Mey (1995, p. 5) o catálogo é

[...] um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-as sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s).

Para que a representação da informação seja feita é preciso seguir diretrizes e regras que variam conforme a biblioteca, e os materiais que guia nessa etapa são os códigos de catalogação que

“[...] visam definir as regras para a elaboração do registro bibliográfico e buscam uma uniformidade na representação das obras, o que tornam esses registros únicos, tanto em uma rede de bibliotecas quanto em grupos de bibliotecas isoladas” (MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 39).

Outra definição para o código de catalogação é apontada por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 89) que definem como “conjunto de regras para a elaboração de registros bibliográficos, cuja finalidade é assegurar a consistência na preparação desses registros”. Assim, os códigos de catalogação objetivam a precisão na representação da informação, seguindo práticas de classificação, indexação e, principalmente, catalogação de documentos bibliográficos (DIAS; NAVES, 2007).

Ao longo dos anos muitos eventos ocorreram e com isso diretrizes e códigos foram sendo criados e atualizados. O AACR que conhecemos hoje, por exemplo, foi publicado em 1967, e construído com base na revisão feita pela ALA, que já possui código de catalogação próprio desde o ano de 1908.

O conhecimento deve estar presente no uso e no desenvolvimento de qualquer código de catalogação, além disso, deve estar fundamentado em princípios claros que guiem e otimizem a organização e a representação da informação. Para tal, os Princípios de Paris regem as diretrizes para a “aproximação coerente à catalogação descritiva e por assuntos dos recursos bibliográficos de qualquer tipo” (GALEFFI *et al.*, 2016).

3 Catalogação na fonte e ficha catalográfica

Inúmeras são as atividades do bibliotecário no exercício do ofício, entre elas está a catalogação, que consiste em organizar um conjunto de dados/informações referentes a um determinado material (único ou em coleção), de forma que a informação seja representada de forma clara e objetiva. Mey (1995, p. 5) conceitua a catalogação como

[...] o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir intersecção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários.

Outra definição identificada, aponta a catalogação como sendo “um conjunto de práticas de representação, cujo objetivo principal é expor as características que identifiquem o objeto informacional em um catálogo, seja ele impresso ou automatizado” (CATALOGAÇÃO ..., [2015]). A catalogação na fonte ou CIP

(Cataloging in Publication = Catalogação na publicação) é o processo que dá origem a Ficha Catalográfica, onde é registrado as informações principais de uma obra, como: livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e outras monografias.

Por volta de 1850, Ranganathan foi o idealizador do que viria a ser a CIP, sugerindo a descrição de autor, título e número de chamada, no verso da folha de rosto e proporcionando uma redução considerável no tempo do bibliotecário na preparação da obra (FERREIRA *et al.*, 2010). A CIP proposta por Ranganathan foi aplicada somente 10 anos depois de sua idealização, e a Library of Congress adotou o nome que conhecemos hoje, CIP. Conforme Silva (2018, [não paginado]) aponta

Ranganathan pensava em um modelo de controle bibliográfico, baseado em um sistema internacional de intercâmbio de dados catalográficos. Vale lembrar que ele foi idealizador da catalogação na fonte, e que se estava nos anos de 1950, onde formatos legíveis por máquina iriam ainda ser gestados nos ambientes das ideias.

Com base nos campos que a AACR nos apresenta, podemos apontar nove elementos presentes na ficha catalográfica: Entrada principal, ou ponto de acesso principal; Área do título e indicação de responsabilidade; Área da edição; Área da publicação; Área da descrição física; Área da Série; Área das notas; Área do número normalizado e; Área dos pontos de acesso secundários. Além disso, é acrescentado nesse conjunto a notação de autor e a notação Classificação Decimal Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU) (BORGES *et al.*, 2019), totalizando 11 elementos descritivos (Figura 1).

A notação de autor pode ser feita com base na Tabela Cutter-Sanborn (1880) que consiste em um “código alfanumérico de identificação do nome de autor, conforme tabela desenvolvida por C. A. Cutter” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 264).

Figura 1 – Ficha catalográfica e seus elementos

1) H1539	2) Entrada Principal	4)
	3) Título: subtítulo / indicação de responsabilidade. – Edição. –	
	5) Local: Editora, Ano.	
	6) Nº de pág. : il. – (Série, nº) 7)	
	8) Notas	
	9) ISBN	
	1. Ponto de acesso secundário de Assunto. I. Ponto de acesso	
	10) secundário de autoria – Organizador. II. Ponto de acesso	
	Secundário de autoria – Ilustrador. III. Título.	
		11) CDD: 025.32
		12) CDU: 025.3

Fonte: adaptado de Borges *et al.* (2019).

A ficha catalográfica é “um registro dos elementos descritivos importantes de um recurso de informação e que servem prioritariamente para selecionar o recurso mais conveniente diante de uma necessidade de informação” (CRISTIANINI; MORAES; CASTRO, 2010, [não paginado]). Assim, a ficha catalográfica é um produto que compila informações do material bibliográfico e que muitas vezes é negligenciada, no todo ou em parte, por editoras e instituições, sendo construída de qualquer forma, sem diretrizes de um código de catalogação.

3.1 Resolução nº 184/2017 e outros atos técnicos e jurídicos

Além da AACR como código de catalogação para a elaboração da ficha catalográfica, temos ainda atos jurídicos e técnicos que fortalecem a obrigatoriedade e visibilidade deste produto, presente em monografias, como livros, trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações e teses. Podemos observar na Lei n. 10.753/03, que estipula a Política Nacional do Livro, onde indica no Art. 6º a obrigatoriedade da ficha para monografia, neste caso o livro, “Na editoração do livro, é obrigatório a adoção do Número Internacional Padronizado, bem como a ficha de catalogação para publicação” (BRASIL, 2003, [não paginado]).

Dentre os documentos normalizadores utilizados na profissão do bibliotecário, podemos analisar e apontar a Norma Brasileira (NBR) 14724, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que descreve diretrizes para a formatação e normalização de trabalhos acadêmicos e, no item 4.1.3.2 descreve

a localização da ficha catalográfica em um trabalho de conclusão de curso como sendo no verso da folha de rosto que “deve conter a ficha catalográfica, conforme o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente” (ASSOCIAÇÃO..., 2005, p. 5). Observamos a indicação da AACR como diretriz para a elaboração da ficha catalográfica, mais especificamente a ficha catalográfica vinculada em trabalhos acadêmicos.

Ainda analisando as normas da ABNT, temos a NBR 6029 (ASSOCIAÇÃO..., 2006, p. 1) que “estabelece os princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem o livro ou folheto” e apresenta no item 3.10 uma referência a ficha catalográfica, como “dados internacionais de catalogação-na-publicação: registro das informações que identificam a publicação na sua situação atual, incluindo o Número Internacional Normalizador para Livro [...]” (ASSOCIAÇÃO..., 2006, p. 2, grifo do autor), que se refere ao International Standard Book Number (ISBN).

E por fim, o CFB, reforça a responsabilidade do bibliotecário com a Resolução n. 184/17, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da indicação do nome e do registro profissional do bibliotecário nos documentos de sua responsabilidade e nas fichas catalográficas em publicações de qualquer natureza” (CONSELHO..., 2017, [não paginado]). O mesmo documento descreve de forma sucinta a atuação do bibliotecário no campo público e privado, e por meio de diversos métodos e ferramentas: estudos, pesquisas, relatórios e afins. Em seu art. 2º e 3º, respectivamente, descreve a obrigatoriedade do número do registro de Bibliotecário em trabalhos vinculados à atuação do gestor da informação e, a obrigatoriedade e localização do número de registro do profissional abaixo da ficha catalográfica.

Art. 2º - É obrigatória a citação do número de registro de Bibliotecário no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), após a assinatura de qualquer trabalho relacionado com as atividades biblioteconômicas, bibliográficas e documentológicas, em empreendimentos públicos, privados ou mistos, ou por quaisquer meios que objetivem, tecnicamente, o desenvolvimento das bibliotecas e centros de documentação, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão, direção, execução ou assistência. Art. 3º - É obrigatório que conste o número de registro no CRB do bibliotecário abaixo das fichas catalográficas de publicações de quaisquer natureza e trabalhos acadêmicos (CONSELHO..., 2017, p. 1).

Atualmente, inúmeras IES de âmbito público disponibilizam o serviço/produto de ficha catalográfica por meio de sistemas automatizados que ficam sob responsabilidade dos usuários, em sua maioria discentes que possuem vínculo com a instituição. Esse tipo de situação pode levantar uma questão quanto ao cumprimento da resolução, pois não há atuação direta do profissional da informação na elaboração do documento.

Em entrevista ao CFB, o bibliotecário Raimundo Martins de Lima, presidente do CFB durante a gestão de 2016-2018, explica a aplicação da resolução nos casos de uso de sistemas automatizados, dizendo que,

O software terá que ser adaptado para colocar permanentemente o nome e registro do responsável. O responsável será o do setor ao qual o sistema estiver vinculado ou o responsável pela biblioteca” (CONSELHO..., [20--], não paginado).

Ainda sobre a resolução o bibliotecário enfatiza a necessidade da resolução para a padronização e uniformidade no tratamento e na recuperação das informações.

São evidentes a menção e a orientação para a construção da ficha catalográfica e sua localização dentro do documento ao qual faz a representação. A ficha catalográfica é um produto informacional, fruto da organização da informação que pelo trabalho do bibliotecário e da representação, compila a informação conforme as diretrizes estabelecidas pelo AACR e os atos jurídicos e técnicos que norteiam essa atividade biblioteconômica.

4 Procedimentos metodológicos

O objeto em estudo é a ficha catalográfica, serviço e produto, junto as bibliotecas universitárias. A pesquisa se enquadra como descritiva-exploratória, de caráter quali-quantitativa. Adotou-se como ferramentas a pesquisa bibliográfica, para levantamento de conceitos e ideias sobre o assunto, e pesquisa documental, para análise e coleta de dados diretamente das fichas catalográficas.

É fundamental a revisão da literatura para o desenvolvimento de conceitos e contextualização do trabalho, principalmente o uso da Anglo-American Cataloguing Rules - 2. ed. (AACR2) e, da Resolução n. 184/2017, do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Além disso, a pesquisa fundamenta-se nos estudos de Alves (2009), Lima e Alvares (2012) acerca da organização e

representação da informação e, Mey (1995), Borges *et al* (2019) e Machado e Zafalon (2020) sobre catalogação na fonte.

A análise documental foi realizada sob as fichas catalográficas prontas e emitidas pelas bibliotecas participantes, seguindo os protocolos de elaboração adotados por elas. Além disso, formulário eletrônico foi construído e aplicado para coleta de dados quali-quantitativos, que não puderam ser observados nas fichas catalográficas e, que competem a opinião dos profissionais sobre a construção, importância e uso da ficha catalográfica.

Como critério para seleção das instituições participantes foi considerado aquelas que possuem bibliotecas universitárias e que ofertam o serviço de ficha catalográfica e não se discrimina entre público e privado para que se tivesse uma visão ampla e geral do objeto estudado.

5 Resultados e discussão

A pesquisa descritiva-exploratória, de caráter quali-quantitativo, foi realizada com a participação de seis Instituições de Ensino Superior, sendo três públicas e três privadas. Por meio de formulário eletrônico e análise documental com base no AACR foram levantados os dados para este trabalho. Dentre as cinco bibliotecas participantes, as de caráter privado optaram por não mencionarmos o nome da biblioteca e/ou da IES vinculada, nesse sentido trataremos elas por IESPriv1, IESPriv2 e IESPriv3, já as IES públicas participantes são: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e, Instituto Federal do Pará (IFPA).

O formulário eletrônico foi elaborado com a finalidade de extrair informações para a análise em três etapas. A primeira parte contribuiu para a construção do perfil das bibliotecas e das bibliotecárias participantes da pesquisa. Na etapa seguinte são analisados os dados do formulário que levam em consideração o serviço de ficha catalográfica e a opinião dos bibliotecários com base na experiência e na prática. E por fim, na terceira etapa realizamos a análise documental das fichas catalográficas de cada instituição participante.

5.1 Perfil dos participantes e das bibliotecas

Todos os participantes são do sexo feminino, com idade de 32 a 60 anos. Das seis bibliotecárias, quatro possuem formação em instituição pública e mais de

21 anos de experiência profissional e; duas são formadas por instituição privada e atuam no mercado de trabalho a menos de cinco anos.

Quadro 4 – Relação das bibliotecas participantes

Perguntas/Bibliotecas	IESPart1	UFRA	IESPart2	UFPA	IESPart3	IFPA
Possui bibliotecário(a)?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Oferecem serviços e produtos?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Oferecem o serviço de ficha catalográfica (FC)?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Outras questões relevantes à pesquisa foram levadas aos entrevistados como podem ser observadas no quadro 4. E em síntese todas as bibliotecas participantes possuem bibliotecárias, oferecem serviços e produtos aos usuários, inclusive o de ficha catalográfica e com relação aos manuais e orientações, somente uma das Bibliotecas de IES Particular não possui tais orientações aos usuários.

5.2 Análise do formulário aplicado aos participantes

Nesta seção apresentamos a análise dos dados referentes ao serviço de ficha catalográfica de cada Instituição de Ensino Superior e a opinião dos bibliotecários acerca de algumas premissas e elaboração da ficha catalográfica.

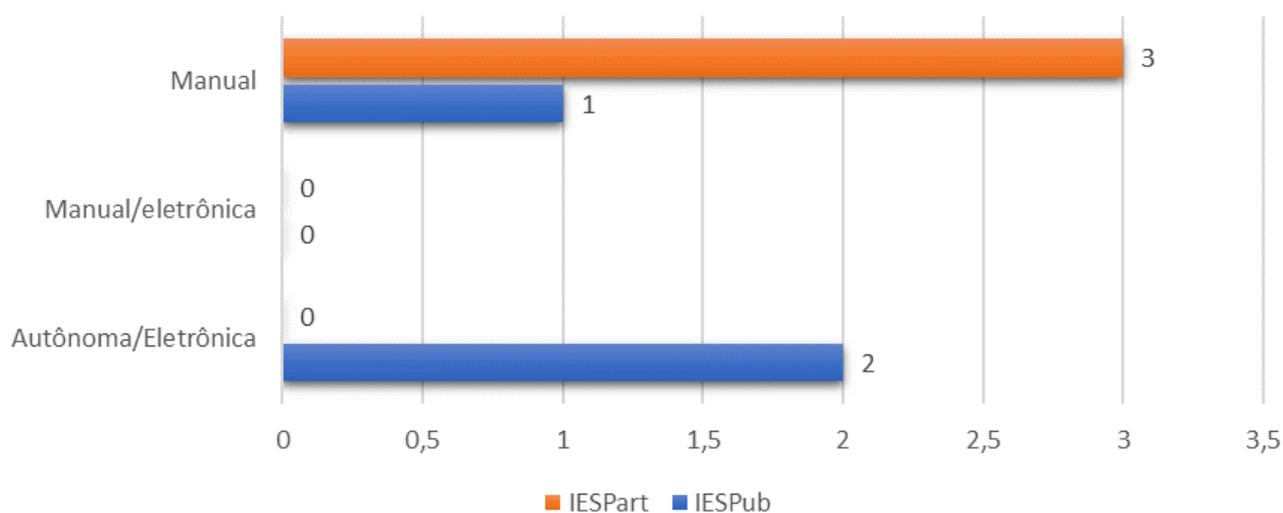
Para os usuários das universidades e institutos, o serviço é disponibilizado em diferentes formatos que vão do manual ao autônomo. Nesta pesquisa separamos três formatos, sendo: Manual, Manual/Eletrônico e, Autônomo/Eletrônico. Consideramos serviço manual o executado pelo bibliotecário direto na fonte, analisando o material bibliográfico com objetivo de identificar os campos necessários para a construção da ficha catalográfica.

O serviço de forma manual/eletrônica é a atividade parcial, onde o bibliotecário atua em conjunto com o usuário, seja preenchendo um formulário eletrônico que é enviado automaticamente para a biblioteca, ou o envio de um formulário impresso, ambos são preenchidos pelo usuário e enviado à biblioteca. Nesta modalidade ainda há a possibilidade de ser exigido pela biblioteca algumas páginas específicas do material a ser representado.

Por fim, temos o formato autônomo/eletrônico que deixa a responsabilidade nas mãos dos usuários, que por meio de programas online realizam o preenchimento

de formulário estruturado que ao final é gerado a ficha catalográfica instantaneamente. Com a pesquisa, observamos que 100% das IES particulares participantes realizam o serviço de forma manual, seja recebendo a demanda por e-mail ou em formulário impresso. Das IES públicas, o IFPA é a única que ainda utiliza o serviço manual, enquanto a UFPA e a UFRA fazem uso do Sistema de Ficha Catalográfica (FICAT), um sistema automatizado e que dá autonomia ao usuário (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Forma que o Serviço de Ficha Catalográfica é disponibilizado



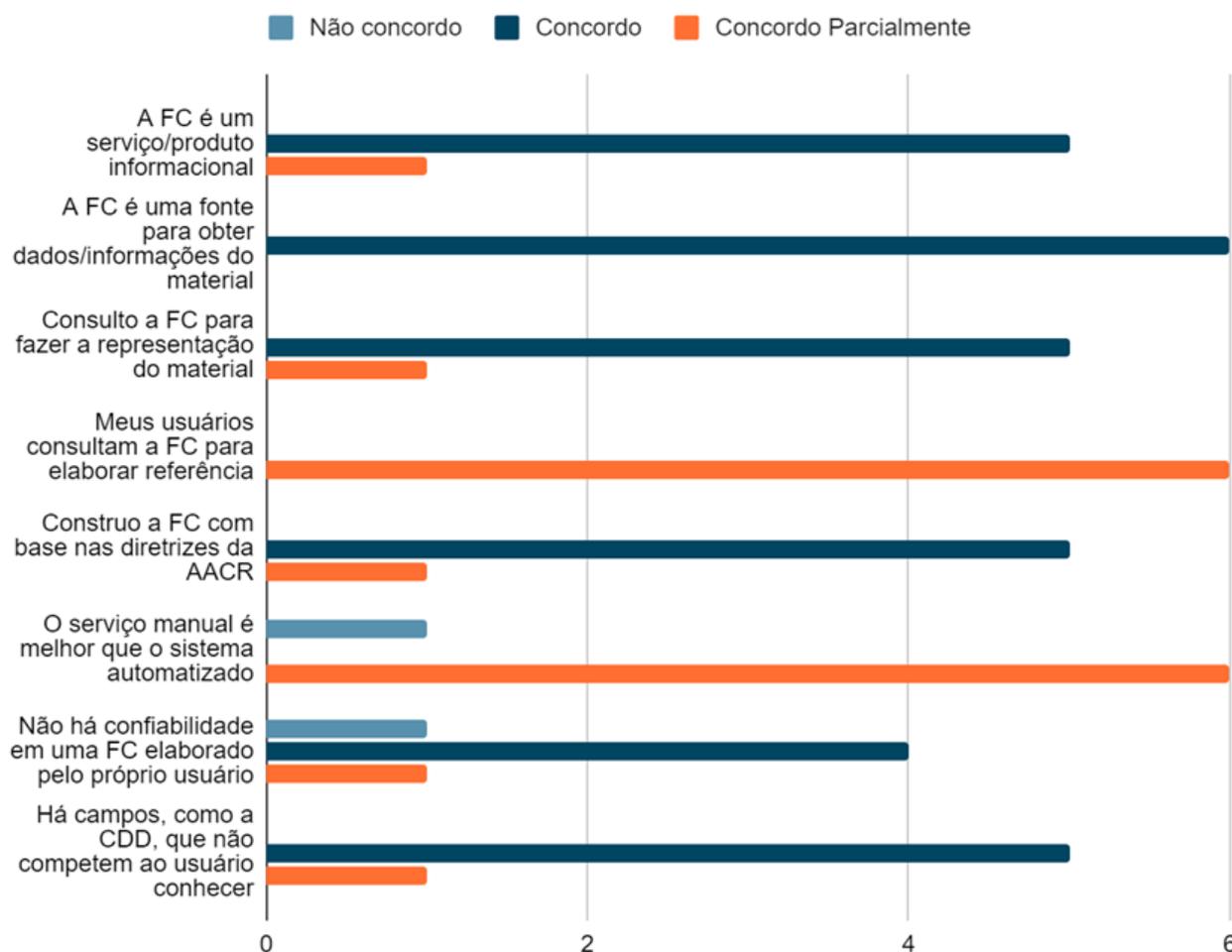
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Além do formato do serviço, outro ponto abordado no questionário foi o tempo empenhado na elaboração da ficha catalográfica. No geral, a ficha catalográfica é elaborada entre um a cinco dias, sendo que a UFPA, a UFRA, a IESPriv1 e a IESPriv2 executam a demanda com no máximo 24 horas. Já a IESPriv3 leva até três dias para produzir a ficha catalográfica. E por fim, o IFPA pode levar até 5 dias para finalizar a demanda. A questão de tempo, pode variar conforme a quantidade de empregados que a biblioteca possui e o número de demandas e usuários que tem para atender. Ressaltamos que a UFPA e a UFRA contabilizam um dia para o atendimento da demanda, entretanto, essas universidades utilizam o FICAT e a responsabilidade pelo produto é do usuário. Logo, não sofre avarias de outras demandas ou depende de um quadro de empregados como mencionado anteriormente.

Em um terceiro momento, foram apresentadas as bibliotecárias oito premissas no formato de matriz (concordo; concordo parcialmente; não concordo) e

deveriam ser respondidas com base na vivência e experiência da profissão (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Análise das premissas aplicadas aos entrevistados



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

A primeira premissa 'A FC é um serviço/produto informacional' teve 83,33% de concordância, com exceção do IFPA que respondeu com concordância parcial. Em síntese, a ficha catalográfica é fruto da atividade do bibliotecário; é um serviço/produto informacional exclusivo do profissional da informação. Em seguida, 'A FC é uma fonte para obter dados/informações do material' por unanimidade obteve concordância (100%), pois a ficha catalográfica é construída com base nas diretrizes de um código de catalogação e as informações devem e são verdadeiras.

A premissa três 'Consulto a FC para fazer a representação do material' teve 83,33% de concordância e somente a IESPriv1 respondeu que concorda parcialmente. A ficha catalográfica deve ser elaborada com base nas informações do material representado, logo, sendo construída corretamente não há problema em servir de fonte para um segundo processo de catalogação, essa possibilidade pode otimizar e agilizar o trabalho do bibliotecário. Meus usuários consultam a FC para elaborar referência, foi a quarta premissa apresentada, e apontou 100% de concordância parcial. Do mesmo modo que a ficha catalográfica pode auxiliar o bibliotecário em suas atividades, também é uma fonte de informação para o usuário que precisa fazer a referência do material. Entretanto, é válido ressaltar que os dados extraídos devem ser organizados conforme a norma adotada para a referência e não do jeito que se encontra na ficha catalográfica.

Na quinta premissa 'Construo a FC com base nas diretrizes da AACR', recebeu 83,33% de concordância, somente a IESPriv1 respondeu que concorda parcialmente. A UFPA apesar de afirmar o trabalho com base na AACR, é citado na ficha catalográfica a ISBD, já mencionada no capítulo três sobre códigos de catalogação, o que reflete a situação de algumas instituições que ainda utilizam esse código ou outros para a catalogação.

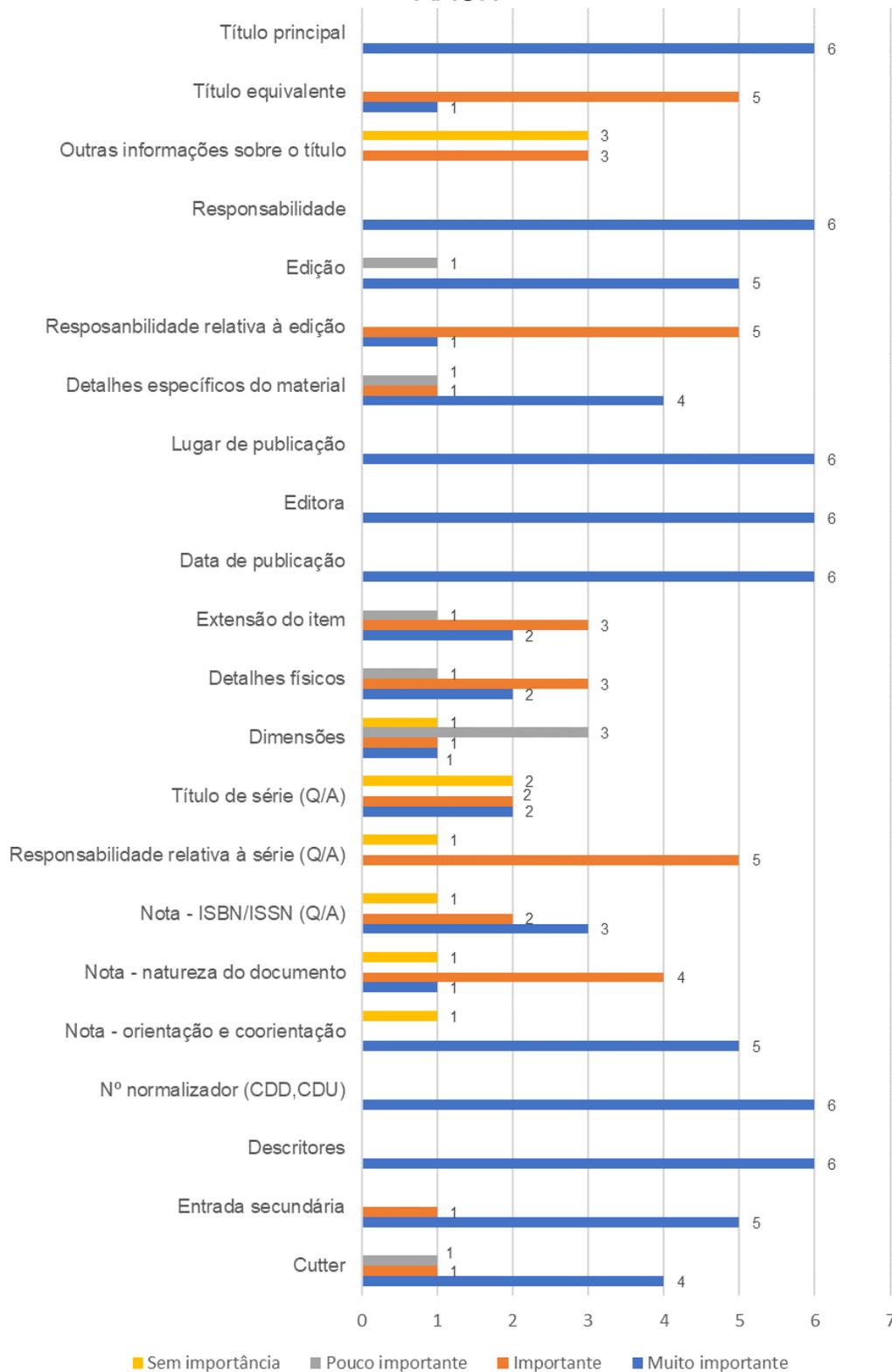
A premissa número seis 'O serviço manual é melhor que o sistema automatizado' teve 100% de concordância parcial, o que nos leva a refletir que ambos os formatos chegam a ser bem similares quanto ao serviço, entretanto pode haver pequenas desventuras com o manual ou mesmo o automatizado. É certo que em ambas o erro pode estar junto com a responsabilidade do serviço, pois, no caso do serviço manual está implicado as competências do profissional da informação, enquanto no automatizado compete a clareza do manual de orientação ao usuário e a capacidade de compreensão e execução dele.

A sétima premissa 'Não há confiabilidade em uma FC elaborada pelo próprio usuário' foi a de maior percentual, com 66,66% para concordância, e as instituições que responderam são as que utilizam o serviço manual, ou seja, a responsabilidade do produto fica nas mãos dos bibliotecários. Contrário a isso a UFPA respondeu que não concorda (16,67%), e a UFRA que concorda parcialmente (16,67%), aponto novamente o uso do serviço automatizado por essas duas grandes instituições, entretanto, ressaltamos o que gerou a última premissa: Há campos, como a CDD, que não competem ao usuário conhecer.

Na oitava e última premissa, 'Há campos como a CDD que não competem ao usuário conhecer', a concordância foi de 83,33%, e a UFPA foi a única a responder com parcialidade (16,67%). Assim sendo, observamos certa contradição por parte da UFPA, com relação a premissa de número sete, pois se há campos que o usuário não precisa conhecer, então como será gerado uma ficha catalográfica confiável? O documento deve representar a informação de forma verdadeira e fiel ao que o material bibliográfico apresenta.

Em um último momento do questionário foram apresentados aos participantes os campos presentes em uma ficha catalográfica para que avaliassem sob seu ponto de vista a importância de cada campo (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Análise de relevância dos campos de descrição estabelecidos pela AACR



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Nota: Abreviação convencional utilizada - Q/A (Quando aplicado).

Ressaltando que a entrevista foi executada contando com a participação de seis bibliotecários e por unanimidade (100% das respostas) os campos considerados mais importantes foram: Título principal; Responsabilidade; Lugar de publicação, Editora e Data de publicação (Imprensa); Número normalizador (CDD, CDU) e; Descritores.

Outros campos considerados mais importantes pelos bibliotecários, mas que receberam de quatro e cinco votos são: Edição; Detalhes específicos do material; Nota - orientação e coorientação; Entrada secundária e; Cutter. Já entre os campos destacados como importante temos, de três a cinco votos: Título equivalente; Outras informações sobre o título; Responsabilidade relativa à edição; Extensão do item; Detalhes físicos; Responsabilidade relativa à série (quando aplicado) e; Nota - natureza do documento. E por fim, os campos: Dimensões; Título de série (quando aplicado) e; Nota – ISBN/ISSN (quando aplicado), ficaram entre os pouco importantes e sem importância para o tratamento da informação e presença na ficha catalográfica.

5.3 Análise documental das fichas catalográficas

Para a análise documental das fichas catalográficas foi levado em consideração o princípio da igualdade, logo, os documentos recebidos tiveram seus dados substituídos por dados em comum, além disso, o FiCat é utilizado por duas das bibliotecas participantes e a elaboração da ficha ficou a cargo do pesquisador utilizando os mesmos dados selecionados. Assim sendo, os dados gerados estão relacionados aos seguintes campos: autor; título; subtítulo; local/ano; tipo de documento; curso (Quadro 5), sendo os demais dados permanecendo os informados pelas instituições.

Quadro 5 – Elementos utilizados para a descrição da informação nas fichas catalográficas

Campo	Dado
Autor	Eddie Carlos Saraiva da Silva
Título	Organização e representação da informação na catalogação na fonte
Subtítulo	análise documental do serviço no público e no privado
Local/Ano	Belém/2021
Tipo de documento	Trabalho de conclusão de curso
Curso	Biblioteconomia

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

As fichas catalográficas elaboradas foram baseadas em um modelo de TCC, assim, as áreas de edição e série não se aplicam na descrição deste tipo de material bibliográfico e não pontuaram para avaliação. Entretanto, acrescentamos a exigência de identificação do bibliotecário responsável, presente na Resolução n. 184/2017 - CFB, além de incluir os campos: notação de autor e notação de CDD/CDU, totalizando 9 elementos.

5.3.1 Análise da ficha catalográfica da UFPA

A ficha catalográfica da UFPA foi elaborada no sistema automatizado que a instituição disponibiliza aos usuários (Figura 2). O sistema FiCat dispõe de manual com orientações para uso do sistema e preenchimento dos campos.

Figura 2 – Ficha catalográfica da UFPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Biblioteca da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S586o Silva, Eddie Carlos Saraiva da
Organização e representação da informação na catalogação
na fonte : análise documental comparativa entre o público e o
privado / Eddie Carlos Saraiva da Silva. – 2021.
xx f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Me. [Nome do orientador]
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – [Nome da
universidade, Nome do Instituto, Nome da Faculdade], Belém,
2021.

1. Organização da informação. 2. Representação da
informação. 3. Informação. 4. Catalogação na fonte. 5. Análise
documental. I. Título

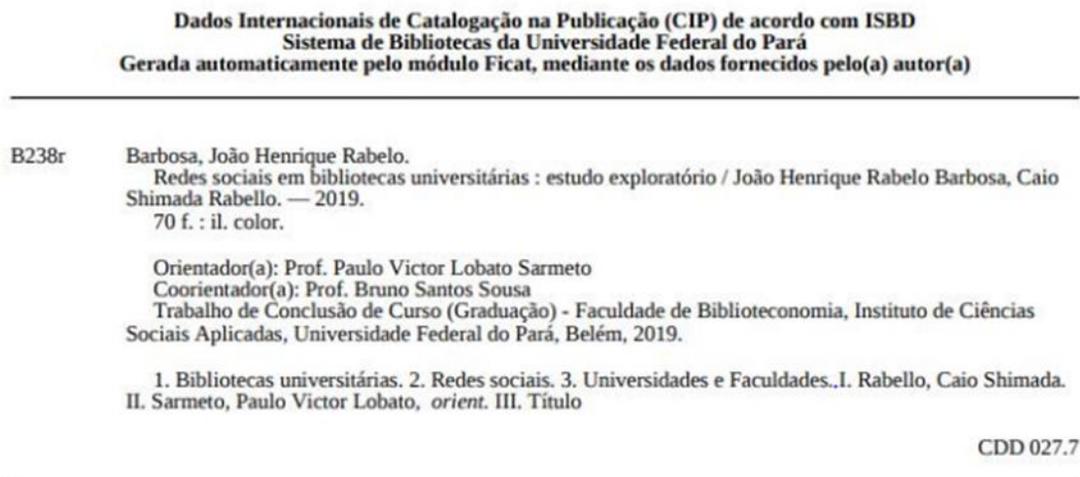
CDD xxx.xx

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

1. **Notação de autor** - registrado e é utilizado o Cutter para o número de chamada e segue a sequência alfanumérica “primeira letra do último sobrenome + o número que representa o sobrenome + a primeira letra do título da obra” ([DESCOMPLICANDO..., 2018, não paginado);
2. **Entrada principal ou ponto de acesso principal** - entrada principal por autor e segue o padrão “Sobrenome, Nome”;

3. **Área do título e indicação de responsabilidade** - indica o título da obra e segue com a indicação de responsabilidade levando em consideração somente o autor (neste caso, o discente);
4. **Área da publicação** - é característico do TCC ser feita a indicação de local e ano de publicação somente, a UFPA indica somente o ano;
5. **Área da descrição** - essa área corresponde a indicação da extensão do material (páginas), uso de ilustrações e dimensões (altura x largura). A UFPA apresenta números de páginas e o uso de ilustrações.
6. **Área de notas** - a ficha apresenta duas notas do documento:
 - a. Orientação e permite incluir coorientador se houver, com indicação de título e nome do docente, entretanto, no manual não há menção a titulação, somente o nome, e;
 - b. Natureza do material - a simulação utiliza um TCC é indicado a Instituição de vínculo seguindo a ordem de Universidade - Instituto - Faculdade, além de incluírem local e ano;
7. **Áreas dos pontos de acesso secundários** - são utilizados termos descritivos simples e compostos, e apesar de ser informado no manual a representação de orientação/coorientação como entrada secundária, não constou esse dado no modelo submetido pelo bibliotecário (Figura 3). Além disso, o número mínimo de termos exigidos pelo sistema é um;
8. **Notação CDD/CDU** - no caso da UFPA, utilizam a CDD para classificação dos materiais bibliográficos e não indicação de edição da obra;
9. **Resolução n. 184/17 - CFB** – apesar de usar um sistema automatizado a obrigatoriedade do nome e registro do bibliotecário se faz necessário. Entretanto, a UFPA não estipula essa descrição no documento.

Figura 3 - Exemplo de ficha catalográfica extraída do manual da UFPA



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, [20--?].

Além das observações acerca dos elementos selecionados para a avaliação, observamos a indicação de “Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)” realizada conforme a ISBD, neste ponto ressaltamos uma observação feita anteriormente na análise dos questionários, onde o bibliotecário da UFPA afirma que a ficha catalográfica da instituição é feita conforme as diretrizes da AACR. A ISBD e a AACR são códigos de catalogações que se assemelham no resultado da representação da informação, mas operam com métodos diferentes. Outro ponto a ser ressaltado é a indicação na parte superior da ficha catalográfica que informa a peculiaridade do sistema automatizado e justifica a ausência do registro do bibliotecário, a geração automática pelo Ficat, com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

5.3.2 Análise da ficha catalográfica da UFRA

A ficha catalográfica da UFRA é a segunda elaborada no sistema automatizado que a instituição disponibiliza aos usuários (Figura 4). O sistema FiCat dispõe de manual com orientações para uso do sistema e preenchimento dos campos.

Figura 4 – Ficha catalográfica da UFRA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas da Universidade Federal Rural da Amazônia
Gerada automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586o Silva, Eddie Carlos Saraiva da
Organização e representação da informação na catalogação
na fonte : análise documental comparativa entre o público e o
privado / Eddie Carlos Saraiva da Silva. – 2021.
xx f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – [Nome do
Curso, Nome do Campus, Nome da Universidade], Belém, 2021.
Orientador(a): Prof. Me. [Nome do orientador]

1. Organização da informação. 2. Representação da
informação. 3. Informação. 4. Catalogação na fonte. 5. Análise
documental. I. [Sobrenome, Nome do orientador], oriente. II. Título

CDD xxx.xx

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

1. **Notação de autor** - registrado e é utilizado o Cutter para o número de chamada e segue a sequência alfanumérica;
2. **Entrada principal ou ponto de acesso principal** - entrada principal por autor e segue o padrão “Sobrenome, Nome”;
3. **Área do título e indicação de responsabilidade** - indica o título da obra e segue com a indicação de responsabilidade levando em consideração somente o autor (neste caso, o discente);
4. **Área da publicação** - é característico do TCC ser feita a indicação de local e ano de publicação somente, a UFPA indica somente o ano;
5. **Área da descrição** - essa área corresponde a indicação da extensão do material (páginas), uso de ilustrações e dimensões (altura x largura). A UFPA apresenta números de páginas e o uso de ilustrações.
6. **Área de notas** - a ficha apresenta duas notas do documento:

a. Natureza do material - a simulação utiliza um TCC é indicado a Instituição de vínculo seguindo a ordem de Curso – Campus - Universidade, além de incluírem local e ano, e;

b. Orientação e permite incluir coorientador se houver;

7. Áreas dos pontos de acesso secundários - são utilizados termos descritivos simples e compostos, e aqui, são utilizados os dados de orientação/coorientação como entrada secundária também;

8. Notação CDD/CDU - no caso da UFPA, utilizam a CDD para classificação dos materiais bibliográficos e não indicação de edição da obra;

9. Resolução n. 184/17 - CFB - apesar de usar um sistema automatizado a obrigatoriedade do nome e registro do bibliotecário se faz necessário. Entretanto, a UFRA não estipula essa descrição no documento.

Temos na ficha catalográfica da UFRA o mesmo informe presente no produto da UFPA, que os dados foram gerados de forma automática e os dados foram fornecidos pelo(a) autor(a).

5 Considerações finais

A informação é um bem essencial para as organizações e para a geração de conhecimento, e para tal a organização precisa ser padronizado e seguir diretrizes para ser realizada a representação devida do documento e de seu conteúdo, facilitando o acesso e a recuperação do material. Com isso, a história da biblioteconomia nos mostra uma infinidade de códigos de catalogação sendo elaborados e atualizados, apresentando uma diversidade de diretrizes à escolha do profissional da informação para ser aplicado em suas atividades.

A AACR2 é ainda um dos códigos mais utilizados e é por meio dele que muitos dos serviços de ficha catalográfica são guiados, entretanto, na prática tende a não ser seguido fielmente, gerando uma diversidade de fichas catalográficas sem um padrão e até mesmo incompletas. Além disso, desde 2017 temos a Resolução n. 184 do CFB que não vem aplicado na ficha catalográfica, seja ela elaborado de forma manual ou automatizada, o que acaba tornando o produto inválido.

O presente estudo teve como objetivo analisar a organização e representação da informação no serviço e produto da ficha catalográfica elaborada por Instituições

de Ensino Superior públicas e privadas. Como resultados iniciais observamos que a maioria dos participantes faz uso da ficha catalográfica manual, destacando as instituições privadas, e ficando ao cargo das universidades federais o uso do serviço automatizado. Dentre as respostas dos participantes sobre a ficha catalográfica baseados em experiências e opiniões pessoais podemos observar a concordância com premissas como:

- A ficha catalográfica é uma fonte para obter dados/informações do material;
- A ficha catalográfica é um serviço/produto informacional;
- Os bibliotecários consultam a ficha catalográfica para realizar a representação nos sistemas de suas bibliotecas;
- Há campos, como a CDD/CDU, que não competem ao usuário conhecer;
- Não há confiabilidade em uma ficha catalográfica elaborada pelo próprio usuário.

O que nos permite afirmar o quanto a ficha catalográfica pode ser utilizada tanto pelos usuários na construção de referências consultadas e citadas, assim como na própria representação da informação junto aos sistemas de catálogos eletrônicos utilizados pelas bibliotecas. Além disso, abrimos a discussão para a questão do serviço automatizado que deixa a responsabilidade da ficha catalográfica para o usuário, e a pesquisa apontou que há campos ou dados que não são da competência do usuário, como a representação temática do material, e apesar de um sistema automatizado possuir tutoriais e/ou manuais, o produto gerado pelo usuário não passa confiabilidade, ou seja, não tem como ser validado no sistema se as informações são de fatos as que estão sendo fornecidas ou se o usuário está seguindo o que realmente é solicitado.

Uma ficha catalográfica depois de incluída no material que representa é muitas das vezes negligenciada e a única verificação realizada é se a ficha catalográfica está ou não no material, esquecendo de avaliar se os dados são corretamente descritos. Destaca-se ainda, a padronização dos elementos presentes em uma ficha catalográfica, onde muitos dos campos são compartilhados pelas instituições, entretanto, um mesmo elemento pode variar quanto a forma que é apresentado. No caso das fichas catalográficas de trabalhos acadêmicos analisadas, observamos o elemento “Indicação de responsabilidade” variando quanto aos sujeitos, ora somente o discente, ora acompanhado do orientador. O

mesmo é observado no campo de “Natureza do material” que em algumas fichas era apresentado somente com o apontamento da IES, e em outros casos havia toda a hierarquia institucional, que ora iniciava em Faculdade - Instituto - Universidade, ora invertida.

Ao concluir a pesquisa, nos serviços de ficha catalográfica disponibilizadas pelas IES, públicas e privadas, no Pará, observa-se uma variação na aplicação das diretrizes para a elaboração, apesar da fonte de orientação para a representação descritiva do material ser o mesmo para todas, a AACR2. Além disso, o serviço possui como produto um fruto do trabalho informacional do bibliotecário e a boa parte das instituições ainda não adotam a Resolução nº 184/2017 do CFB, que torna obrigatória a descrição do nome e registro do profissional da informação responsável pela ficha em documentos de qualquer natureza.

É importante que a ficha catalográfica seja elaborada com qualidade e seja fidedigna ao material que está sendo representado, pois a ficha catalográfica é uma das ferramentas que padronizam a catalogação, auxilia na busca e consulta de informações para o usuário e fornece controle dos acervos nas bibliotecas. Além disso, é necessário que seja feita a indicação do bibliotecário, pois é a confirmação de que os dados que constam na representação são verdadeiros e que a informação ali repassada é confiável. E ainda, fica bem claro na Resolução 184/2017-CFB que sem a indicação do bibliotecário, a ficha catalográfica perde qualquer validade.

Referências

ALVES, Jaqueline Costa. **Organização e representação da informação na biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC: uma análise focada em metadados sob a luz do padrão MTB-BR**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências e Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92184/269569.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jan. 2021.

ANDRADE, Julietti de. **A linguística documentária e a análise de domínio na organização da informação**. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-22022011-142712/publico/3038842.pdf>. Acesso em 21 maio 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029**: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação = Information and documentation: presentation of books and

booklets. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2006. 10 p. Disponível em:

http://www.ccae.ufpb.br/secretariado/contents/documentos/abnt-docs/nbr_6029_-_2006.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação = Information and documentation: presentation of academic works. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. 9 p. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40070/848544/ABNT+NBR+14724.pdf/d1a5a9ff-d0e7-4bcc-aeb3-8c12ae2260dc>. Acesso em: 13 abr. 2021.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **AACR2, MARC 21 e controle de autoridade**: um guia de estudo. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://fabricioassumpcao.com/guia-de-estudo>. Acesso em: 13 maio 2021.

BORGES, Graciane Silva Bruzina *et al.* Ficha catalográfica dinâmica como recurso educacional para cursos de biblioteconomia. *In*: CONGRESSO DE INOVAÇÃO E METODOLOGIAS NO ENSINO SUPERIOR, 4., 2019, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2019. Disponível em: <https://congressos.ufmg.br/index.php/congressogiz/IVCIM/paper/view/811/402>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento?. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/809/17.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 out. 2003, p. 180-181. (Edição extra). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.753.htm. Acesso em: 13 abr. 2021.

CATALOGAÇÃO na fonte: um brilhante projeto que não alcançou os objetivos propostos - o problema da falta de padronização. São Paulo: FEBAB, [2015]. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/1528>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução n. 184. Dispõe sobre a obrigatoriedade da indicação do nome e do registro profissional do bibliotecário nos documentos de sua responsabilidade e nas fichas catalográficas em publicações de qualquer natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 out. 2017, seção 1, p. 180-181. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1298/1/Resolu%c3%a7%c3%a3o%20184%20Cataloga%c3%a7%c3%a3o%20na%20Fonte.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA 3ª Região. Perguntas frequentes. [20--]. Disponível em: <http://crb3.org.br/perguntas-frequentes/>. Acesso em: 9 set. 2022.

CRISTIANINI, Glaucia Maria Saia; MORAES, Juliana de Souza; CASTRO, Maria Alice Soares. de. Sistema para geração automática de ficha catalográfica para teses e dissertações: mais autonomia para o usuário. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2., 2010, Rio de Janeiro. Anais [...].* Rio de Janeiro: UFRJ/SIBi, CRUESP, 2010. Disponível em:

<http://repositorio.febab.org.br/items/show/5462>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 16 mar. 2021.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007. (Estudos avançados em Ciência da Informação, 3). Disponível em: <http://biblioteca.fespsp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/000008/000008f5.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

FERREIRA, Carla. *et al.* **Catálogo na fonte**. 2010. 28 slides. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/carlaferreira66/catalogao-na-fonte>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GALEFFI, Agnese *et al.* **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC)**. Tradução de Marcelo Votto Texeira. Revisão de Jorge Moisés Kroll do Prado. [S.l.]: IFLA, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lilian. Organização e representação da informação e do conhecimento. *In: ALVARES, Lilian. Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações*. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 21-48. (capítulo 1).

MACHADO, Raildo de Sousa; ZAFALON, Zaira Regina. **Catálogo: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/336>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MEDEIROS, Graziela Martins de. **Organização da informação em repositórios digitais: implicações do auto-arquivamento na representação da informação**. 2010. 274 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94615/285680.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. 21 maio 2021.

MEY, Eliane Serrão Alves. Introdução à catalogação. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/ev88v>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PANDO, Daniel Abraão; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Organização da informação e do conhecimento no contexto da Ciência da Informação: da análise terminológica à reflexão epistemológica. *In*: CONGRESSO ISKO ESPAÑA, 12.; CONGRESSO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL, 2., Murcia, 2015. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/54_Pando.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Catalogação, formas de representação e construções mentais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 1-24, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115044>. Acesse em: 21 maio 2021.

SILVA, José Fernando Modesto da. O AACR não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador. *INFOhome*, 2008. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334. Acesso: 10 abr. 2021.

SMIT, Johanna Wihelmina. Novas abordagens na organização no acesso e na transferência a informação. *In*: SILVA, Helen de Castro; BARROS, Maria Helena T. C. de. **Ciência da informação: múltiplos diálogos**. Marília: Cultura Acadêmica, 2009. p. 57-66. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/helen_e%20book.pdf. Acesso em: 21 maio 2021.

SOUZA, Francisco das Chagas. **Biblioteconomia no Brasil: profissão e educação**. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, Biblioteca Universitária da UFSC, 1997.

STROUT, Ruth French. The development of the catalog and cataloging codes. **Library Quartely: Information, Community, Policy** v. 26, n. 4, p. 254-275, oct. 1956. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4304573>. Acesso em: 30 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Biblioteca Central. **Sobre**. FICAT 2.0. Belém: UFPA, [20--?c]. Disponível em: <http://bcficat.ufpa.br/sobre/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Sobre a autoria

Eddie Carlos Saraiva

Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Docência Ensino Superior, pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestrando em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Assistente Administrativo Pleno do Instituto Tecnológico Vale (ITV).

eddiesaraiva@gmail.com

Maika Rodrigues Amorim

Bacharela em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Administração, Organização, Gestão e Mudança, pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD). Mestranda em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bibliotecária - Documentalista na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

maikamorim@gmail.com

Artigo submetido em: 20 fev. 2022.

Aceito em: 30 ago. 2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia
Revista Folha de Rosto



✉ folhaderosto@ufca.edu.br

📷 [@revistafolhaderosto](https://www.instagram.com/revistafolhaderosto)

🐦 [@revfolhaderosto](https://twitter.com/revfolhaderosto)

Este periódico é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri em formato digital e periodicidade quadrimestral.